

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Frenteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE**  
Florianópolis – SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Frenteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Frenteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia ainda dispenderá de quantias significativas em custo de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão dos lotes e subestação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Conseqüentemente, o início das operações e geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto em seu plano de negócio, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, sejam esses recursos dos seus acionistas ou de terceiros, o que impactará diretamente na análise e provisão de “*impairment*”. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

## **Alteração do Regime Tributário para 2020**

Conforme descrito na Nota Explicativa N° 10, no começo de 2020 a Companhia optou pelo “Lucro Presumido” como regime tributário. Portanto, os créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social apurados na fase pré-operacional oriundos de diferenças temporárias foram revertidos em sua totalidade ao resultado do exercício de 2019 no valor de R\$ 13.819. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### *a) Receita anual permitida “RAP”*

A Subestação 230/138kV Santa Maria 3, entrou em operação comercial no dia 19/05/2016 e a LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C1 entrou em operação no dia 28/02/2018, já a LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C2 recebeu a LI do Ibama em 17/12/2019, com previsão de início das atividades para construção da Linha de Transmissão a partir de 01/2020 com previsão para emissão da LO – Licença de operação em 31/07/2020, e a LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambara entrou em operação comercial em 06/12/2019.

A receita anual permitida (RAP) inicial foi determinada em R\$ 16.286, acrescida de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será devida a partir do início da operação comercial. Em 26 de junho de 2018, foi estabelecido, através da resolução homologatória n° 2.408, a RAP da Companhia para o ciclo 2018/2019, em R\$ 21.827, líquida de PIS e COFINS. Em 25 de junho de 2019 foi estabelecido, através da resolução homologatória n° 2.565 a atualização da RAP para o período de 2019/2020, em vigor na data da demonstração financeira, no valor de R\$ 22.767, líquida de PIS e COFINS.

O saldo da rubrica das contas a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.760 (R\$ 1.221 em 31 de dezembro de 2018), a receber em 3 (três) parcelas, vincendas nos dias 15 e 25 do mês subsequente ao faturamento, e 05 do segundo mês subsequente, não tendo atrasos. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois o registro de constituição da receita é por base em resoluções homologatórias pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma vez que o desfecho destas transações pode ter um efeito significativo no desempenho das operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e ao risco inerente associado à estas transações.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) avaliação das resoluções publicadas pela ANEEL, efetuando a leitura e por meio de nossos testes, verificamos a extração do saldo a receber junto a Operador Nacional do Sistema Elétrico “ONS”, nas datas de nossos trabalhos, e entendemos que os saldos registrados não apresentam inconsistências no reconhecimento e na divulgação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras. Este assunto está divulgado na Nota Explicativa nº 05 das demonstrações financeiras.

#### *b) Ativo Contratual*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.5, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, mantém-se um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$ 148.090 (R\$ 134.200 mil em 31 de dezembro de 2018).

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos dispêndios incorridos na execução do contrato; ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação, com apoio de especialistas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, de fluxo

de caixa, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

#### **Outros Assuntos**

##### **Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a

apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

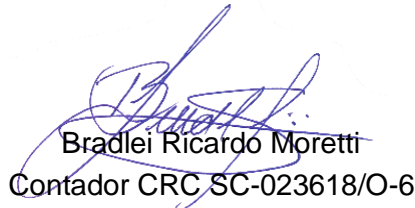
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2020.

**Berkan Auditores Independentes S.S.**

CRC SC-009075/O-7



Bradley Ricardo Moretti  
Contador CRC SC-023618/O-6

**Demonstrações Financeiras**

**Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE**

**31 de dezembro de 2019**

# Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações Financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019

## Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial .....	3
Demonstração do resultado .....	4
Demonstração dos resultados abrangentes .....	5
Demonstração da mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração dos valores adicionados.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.173	1.273
Impostos a recuperar		2	1
Despesas antecipadas	17	402	464
Clientes	5	1.760	1.221
Estoque		4	428
Ativo contratual – Amortizável RAP	6	2.476	12.272
Outros		5	-
<b>Total do circulante</b>		<b>26.822</b>	<b>15.659</b>
<b>Não circulante</b>			
Ativo contratual – Amortizável RAP	6	144.686	121.000
Ativo contratual – Indenizável	6	928	928
Tributos Diferidos	10	-	13.819
Imobilizado		8	-
Intangível		6	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>145.628</b>	<b>135.747</b>
<b>Ativo total</b>		<b>172.450</b>	<b>151.406</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	7	688	21.257
Obrigações sociais e trabalhistas	8	100	100
Obrigações tributárias	9	890	818
Encargos setoriais		134	80
Outras obrigações		83	631
<b>Total do circulante</b>		<b>1.895</b>	<b>22.886</b>
<b>Não circulante</b>		-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	11		
Capital social integralizado		153.825	128.325
Recursos para aumento de capital		81.010	25.510
Lucros/ Prejuízos acumulados		(64.280)	(25.315)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>170.555</b>	<b>128.520</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>172.450</b>	<b>151.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receita líquida</b>	<b>12</b>	<b>25.809</b>	<b>33.185</b>
Custos de construção	13	(45.414)	(49.220)
Custo de operação	13	(1.996)	(790)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(21.601)</b>	<b>(16.825)</b>
Despesas administrativas	13	(2.153)	(2.536)
<b>Lucro operacional</b>		<b>(23.754)</b>	<b>(19.361)</b>
Receitas financeiras	14	409	125
Despesas financeiras	14	(874)	(257)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(24.219)</b>	<b>(19.493)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Diferido	10	(13.819)	12.676
Corrente	10	(927)	(767)
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(38.965)</b>	<b>(7.584)</b>
Quantidade de ações		153.824.656	128.324.656
<b>Prejuízo do exercício diluído por ação (em R\$)</b>		<b>(0,2533)</b>	<b>(0,0591)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(38.965)</b>	<b>(7.584)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(38.965)</b>	<b>(7.584)</b>
Quantidade de ações	153.824.656	128.324.656
<b>Prejuízo do exercício diluído por ação (em R\$)</b>	<b>(0,2533)</b>	<b>(0,0591)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>54.870</b>	-	-	<b>73.465</b>	<b>(34.139)</b>	<b>94.196</b>
Efeitos das adoções iniciais ao CPC 47	-	-	-	-	16.408	16.408
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	25.500	-	25.500
Resultado do exercício	-	-	-	-	(7.584)	(7.584)
Integração de capital social	73.455	-	-	(73.455)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>128.325</b>	-	-	<b>25.510</b>	<b>(25.315)</b>	<b>128.520</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	81.000	-	81.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	(38.965)	(38.965)
Aumento de Capital	25.500	-	-	(25.500)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>153.825</b>	-	-	<b>81.010</b>	<b>(64.280)</b>	<b>170.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Itens do resultado que não afetam o caixa:	<b>(38.858)</b>	<b>(7.077)</b>
Resultado do período	(17.984)	(7.584)
Tributos diferidos	(7.161)	2.160
Receita com ativo contratual	(8.190)	(8.188)
Receita com O&M	(5.522)	(4.438)
<b>Varição nos saldos de ativos e passivos</b>	<b>(21.050)</b>	<b>19.080</b>
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	(1)	273
Redução/(aumento) de outros ativos	481	(456)
Redução/(aumento) de concessionárias e permissionárias	(539)	(883)
Aumento/(redução) de fornecedores	(20.569)	19.004
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	72	519
Aumento/(redução) de encargos setoriais	54	51
Aumento/(redução) de outros passivos	(548)	572
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(59.908)</b>	<b>12.003</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição imobilizado	(8)	-
Aquisição intangível	(6)	-
Adições ao ativo contratual- concessão	(13.460)	(39.052)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(13.474)</b>	<b>(39.052)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimento RAP	13.282	10.973
Adiantamentos para futuro aumento de capital	55.500	25.500
Aumento do capital social	25.500	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>94.282</b>	<b>25.500</b>
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.900</b>	<b>(1.549)</b>
Caixa, equivalentes e aplicações no início do período	1.273	2.822
Caixa, equivalentes e aplicações no fim do período	22.173	1.273
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.900</b>	<b>(1.549)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receitas</b>		
Receita com ativo contratual	8.190	8.188
Receita serviços de O&M	5.522	4.438
Receita de construção	13.460	21.676
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo de O&M	(1.996)	(790)
Serviços de terceiros	(1.014)	(1.356)
Custos de construção	(45.414)	(49.220)
Outros	(109)	(94)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<u>(21.361)</u>	<u>(17.158)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	409	125
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>(20.952)</u>	<u>(17.033)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Honorário dos administradores	1.029	1.085
	<u>1.029</u>	<u>1.085</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Impostos, taxas e contribuições	16.110	(10.791)
	<u>16.110</u>	<u>(10.791)</u>
<b>Remuneração de capitais</b>		
Remuneração do capital de terceiros	874	257
Prejuízo do exercício	(38.965)	(7.584)
	<u>(38.091)</u>	<u>(7.327)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>(20.952)</u>	<u>(17.033)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **1 Informações gerais**

A Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE (a “FOTE” ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Sala Y – Pantanal – 88040-901 – Florianópolis, SC.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

##### **1.1 Contrato de concessão**

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2014 - ANEEL, datado de 29 de janeiro de 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 230/138 kV Santa Maria 3 – 2 x 83 MVA (novo pátio);
- SE 230/138 kV Pinhalzinho – 3 x 150 MVA;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambara, 205 km, C2;
- LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C1; e
- LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C2.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 48 meses da SE Pinhalzinho e LT Pinhalzinho C2 e 30 meses para as demais instalações, após a assinatura do contrato.

A Subestação 230/138kV Santa Maria 3, entrou em operação comercial no dia 19/05/2016 e a LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C1 entrou em operação no dia 28/02/2018, já a LT 230 kV Foz do Chapecó – Pinhalzinho 2 C2 recebeu a LI do Ibama em 17/12/2019, com previsão de início das atividades para construção da Linha de Transmissão a partir de 01/2020 com previsão para emissão da LO – Licença de operação em 31/07/2020, e a LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambara entrou em operação comercial em 06/12/2019.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 16.286, que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será devida a partir do início da operação comercial. Em 25/06/2019, foi estabelecida, através da resolução homologatória nº 2.565, a nova RAP da Companhia em R\$ 22.767, líquida de PIS e COFINS.

A Companhia ainda dispenderá de quantias significativas em custo de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão dos lotes e subestação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 30/09/2019 deliberou o aumento do capital autorizado para R\$ 258.000 além disso, ocorreu a também a deliberação da integralização do capital social em R\$ 25.500 provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), vide nota 11.

## **Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2 Base de preparação e principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As demonstrações financeiras, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis das demonstrações financeiras anuais. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras, ocorreu na reunião de diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2020.

## **3 Principais políticas contábeis**

### **3.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição – VNR (geradoras e transmissoras) ou pela Base de Remuneração Regulatória – BRR (distribuidoras). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

### **3.2 Moeda**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

### **3.4 Contratos de concessão**

Transmissão de energia elétrica

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o OCPC05, parágrafo 84, as concessionárias de transmissão de energia têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura. A obrigação de construção da infraestrutura pode estar de forma implícita ou explícita no contrato de concessão.

Adicionalmente, na atividade de transmissão, a receita anual permitida (RAP) prevista no contrato de concessão é realizada pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende do grau de utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existindo “risco de demanda” na operação típica de uma Transmissora. Todavia, a RAP pode ser reduzida em decorrência de indisponibilidade dos sistemas.

A remuneração ao concessionário de transmissão se dá por dois fluxos:

- ✓ RAP - parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente durante o prazo de concessão;
- ✓ Indenização dos bens reversíveis no final do prazo de operação da concessão a ser recebida do poder concedente, quando aplicável.

Com o CPC 47-Receita de Contrato com Cliente. O CPC47 estabeleceu um novo modelo para reconhecimentos de receitas de contratos em função das operações da entidade com clientes, composto por cinco passos, que deve ser aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Os cinco passos para reconhecimento da receita são:

- Identificação do contrato;
- Identificar as obrigações;
- Determinar o preço da transação;
- Alocação do preço da transação;
- Reconhecimento da receita.

Em consequência ao CPC 47, o ICPC01-Contratos de Concessão foi alterado de forma a conciliar a nova norma contábil de receita de contratos com clientes que trouxe dentre outras a definição do ativo contratual, bem como o requerimento claro e explícito de identificação, determinação e alocação de receita conforme a satisfação das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com os clientes da entidade.

Um ponto essencial da alteração normativa do ICPC01 trazida pelo CPC47 se concentra no parágrafo 19 no qual a natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato e que a natureza da contrapartida determina a contabilização subsequente. Todavia, em todos os casos devem ser classificados como “ativo de contrato” durante o período de construção ou de melhoria de acordo com o CPC47.

A Companhia trata e registra seus ativos de transmissão como ativo de contrato conforme o CPC47.

### 3.5 Ativo financeiro – Concessões de Serviço Público

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da



## **Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas geradoras de energia elétrica, e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Estes ativos financeiros estão registrados pela melhor estimativa de recebimento na data das Demonstrações financeiras e são classificados conforme os dispostos no CPC 48.

Os ativos são avaliados para fins de recuperabilidade.

### **3.6 Tributação**

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Adicionalmente, a opção de apuração dos tributos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real.

### **3.7 Tributos correntes**

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é calculada com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

### **3.8 Impostos diferidos**

O imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos são reconhecidos, no final de cada período de relatório, sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido

Quando as condições necessárias para o reconhecimento inicial de ativo fiscal diferido forem identificadas, quais sejam, históricos de rentabilidade e projeção de lucros tributáveis futuros (além de, primeiramente, existência de diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais de períodos anteriores) a Administração estabelece que o reconhecimento inicial do ativo fiscal diferido deva

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obedecer a uma medida escalonada, de forma prospectiva, com objetivo de aferir a assertividade das projeções de disponibilidade de lucros tributáveis.

#### 3.9 Instrumentos financeiros:

A Companhia adotou o IFRS 9/CPC 48 a partir de 01.01.2018.

O CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

- Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros:

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR).

Tal classificação e mensuração são baseadas, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

1 Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais: Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objeto e espera-se que sejam insignificantes ou poucos frequentes.

2 Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: Aqueles que demonstram como características a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.

3 Demais modelos de negócios para os instrumentos financeiros: Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Ativos Financeiros a custo amortizado:	Estes ativos são mensurados as custo amortizado utilizando o método do juro efetivo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em data específica, fluxo de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o principal. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR:	Esses ativos são mensurados ao valor justo, sendo os demais modelos de negócios. O resultado líquido, incluído juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA:	Esses ativos são mensurados ao valor justo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivos é atingido tanto pelo recebimento de fluxo de caixa quanto pela venda de ativos financeiros e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento do principal e juros sobre o principal. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA.

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento patrimônios ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
----------------------------------	---

A IFRS 9/CPC 48 possui uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

#### 3.10 Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos, a fim de verificar se seus ativos imobilizado ou intangível não estão registrados contabilmente por valor superior ao passível de ser recuperável no futuro, situação na qual foi reconhecido impairment, a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista, quando aplicável, pelo VNR. Esses são os valores esperados de indenização ao final do prazo das concessões de transmissão de energia elétrica.

#### 3.11 Clientes

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, cedidas das monetárias, quando contratadas.

#### 3.12 Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Companhia divulga as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

#### 3.13 Contratos onerosos

A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas e para tal são registradas as obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

#### 3.14 Fornecedores

A conta fornecedores registra valores a pagar com base em notas fiscais de aquisição, faturas recebidas e medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente.

#### 3.15 Receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência. Em outras situações, as receitas e despesas são estimadas e provisionadas conforme a melhor estimativa tendo como base critérios uniformes e regulares.

A receita de transmissão é reconhecida com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos).

#### 3.16 Taxas regulamentares que serão devidas no momento da operação

(a) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

(b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O valor da taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da Receita Anula Permitida (RAP).

#### 3.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

elaborados por especialistas. A Companhia adotara premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

#### (b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### i) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### ii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

#### ii) Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

#### iv) Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva,



## **Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

#### **v) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura**

A Companhia, abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registram o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

### **3.18 Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para Companhias abertas e requerida pela ANEEL para concessionárias do setor elétrico nas demonstrações financeiras anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.

### **3.19 Normas e interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 2019**

#### **CPC 06 (R2) –Operações de arrendamento mercantil:**

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avaliou seus contratos e considera que a interpretação não gera impacto sobre suas demonstrações financeiras, de forma que nenhum registro foi efetuado.

#### **ICPC 22 -Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, emitido em dezembro de 2018, com efeito a partir de 1ª de janeiro de 2019:**

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32, especificamente relacionados ao imposto de renda e a contribuição social). Em resumo, se é provável que a autoridade tributária irá aceitar o tratamento fiscal, os valores das demonstrações contábeis são os mesmos que os apresentados nas informações fiscais. No entanto, se não é provável, os valores apresentados nas demonstrações contábeis não são os mesmos que os apresentados nas demonstrações fiscais, pois sua mensuração refletirá a incerteza. Com base em estudo de conformidade tributária, a Companhia considera que a interpretação não impactou as suas

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrações financeiras, visto que todos os posicionamentos fiscais adotados estão amparados na legislação e jurisprudência administrativa e judicial aplicadas atualmente.

#### 3.20 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas e que possuem aplicação a partir de 01.01.2020 as quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia estão descritas a seguir:

- i) Revisão do CPC 00 –Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- ii) Alterações no CPC 15 (R1) –Combinação de Negócios;
- iii) Alterações no CPC 26 (R1) –Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	9	7
Aplicações financeiras - Banrisul	22.164	1.266
<b>Total</b>	<b><u>22.173</u></b>	<b><u>1.273</u></b>

O saldo de caixa refere-se a suprimento para pagamento de despesas eventuais. O montante de R\$ 22.164 refere-se a aplicações financeiras de renda fixa (CDB) no Banrisul com rendimento de 99% CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

#### 5 Concessionárias e permissionárias

Valores referentes ao faturamento da “Receita Anual Permitida” (RAP) e “Demais Instalações de Transmissão” (DITs), da parte que entrou em operação comercial, a receber em 3 (três) parcelas, vincendas nos dias 15 e 25 do mês subsequente ao faturamento, e 05 do segundo mês subsequente.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	1.760	1.221
<b>Total</b>	<b><u>1.760</u></b>	<b><u>1.221</u></b>

#### 6 Ativo contratual (concessão – amortizável e indenizável)

A Companhia possui o contrato 07/2014 de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, datado de 29 de janeiro de 2014, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Foi outorgada a Companhia a concessão para exploração do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos a contar da assinatura de cada um dos contratos. A Companhia reconheceu um recebível de concessão de

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Curto prazo</b>		
Ativo Contratual Amortizável – RAP (a)	2.476	12.272
<b>Longo prazo</b>		
Ativo Contratual Amortizável – RAP (a)	144.686	121.000
Ativo Contratual Indenizável (b)	928	928
<b>Total</b>	<u><b>148.090</b></u>	<u><b>134.200</b></u>

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo contratual

Saldo Ativo contratual em 31 de dezembro de 2018	<b>134.200</b>
(+) Receita de construção	13.460
(+) Receita dos serviços de O & M	5.522
(+) Receita com ativo financeiro	8.190
(-) Amortização - Receita anual permitida - RAP (c)	(13.282)
Saldo Ativo contratual em 31 de dezembro de 2019	<u><b>148.090</b></u>

#### (a) Ativo contratual – Amortizável RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida - RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão.

#### (b) Ativo contratual – Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A administração da Companhia considera que ao final da concessão caberá a transmissora uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.



## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (c) Receita Anual Permitida – RAP

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 07/2014, assinado em 29 de janeiro de 2014 com a União, por intermédio da ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação dos empreendimentos descritos na nota 1.

Após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá a revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica pela execução de reforços e ampliações nas instalações de transmissão. Pela disponibilidade das instalações de transmissão para operação comercial, a Companhia tem direito, a receita anual permitida (RAP) no valor original de R\$ 16.286, resultante da sua proposta financeira, líquida de PIS e COFINS.

A Receita Anual Permitida - RAP, é reajustada pelo IPCA, anualmente, conforme descrito na cláusula 6ª do Contrato de Concessão. De acordo com o CPC 37, ICPC-01 e OCPC-05, a receita a ser contabilizada no resultado da empresa não deverá ser mais a RAP, fornecida pelo Operador Nacional do Sistema, e sim as receitas com o Ativo Financeiro, de O&M e de Construção. A RAP continua representando o montante a ser recebido pela empresa, e agora servirá para amortização do Ativo Financeiro não indenizável.

## 7 Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais	2	17.477
Serviços	686	3.029
Outros	-	751
<b>Total</b>	<b><u>688</u></b>	<b><u>21.257</u></b>

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantém saldo em conta de fornecedores com a acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A.

O valor mantido com acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, são derivados do contrato nº 110114007, datado de 25/08/2014, e são referentes a prestação de serviços de engenharia do proprietário, além disso, ocorreu a contratação de prestação de serviço de operação e manutenção, conforme o contrato nº 40003379 na data de 01 de fevereiro de 2019.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S/A	10	9
<b>Total</b>	<b><u>10</u></b>	<b><u>9</u></b>

## 8 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal chave da administração contempla:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Diretoria e conselhos	50	52
Encargos sobre remuneração	50	48
<b>Total</b>	<b><u>100</u></b>	<b><u>100</u></b>

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9 Obrigações tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	-	53
COFINS	117	75
PIS	25	16
INSS	119	118
Imposto de Renda e Contribuição Social	585	491
Outros impostos retidos (ISS, IR e CS)	44	65
<b>Total</b>	<b>890</b>	<b>818</b>

## 10 Imposto de renda e contribuição social

a) A companhia realizou um estudo tributário, no qual foi constatado que o lucro Presumido será mais vantajoso, assim, procedendo a alteração do regime tributário para o ano de 2020, diante disso, os tributos diferidos registrados no montante de R\$ 13.819, foram estornados.

b) Tributo corrente:

A Companhia encerrou o período com R\$ 3.994 em lucros fiscais os quais encontram-se apresentados na Parte A do LALUR, a Companhia possui um prejuízo fiscal acumulado referente a períodos anteriores, os quais foram registrados impostos diferidos e estão sendo compensados com os lucros fiscais do período. Abaixo movimentação da conta:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro Fiscal</b>	<b>3.994</b>	<b>3.327</b>
Redução de 30% de prejuízo acumulado	1.198	998
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.796</b>	<b>2.328</b>
IRPJ 15%	(419)	(349)
IRPJ adicional 10%	(256)	(208)
CSLL 9%	(252)	(210)
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>(927)</b>	<b>(767)</b>

## 11 Patrimônio líquido

a) *Capital social*

A Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 30/09/2019, aonde deliberou a integralização do capital social em R\$ 25.500 provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), sendo assim, o capital social passou a ser de R\$ 153.825, além disso, ocorreu também a aprovação do aumento do capital autorizado para R\$ 258.000

	Quantidade de ações	% do Capital Social
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	78.451	51%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	75.374	49%

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>153.825</b>	<b>100%</b>
b) <u>Recursos para futuro aumento de capital</u>		

A Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 30/09/2019, aonde deliberou a integralização do capital social em R\$ 25.500 provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), permanecendo um saldo de AFAC no montante de R\$ 66.010, sendo que não há previsão da devolução dos valores aportados pelas acionistas. O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	41.315	13.010
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	39.695	12.500
<b>Total</b>	<b>81.010</b>	<b>25.510</b>

## 12 Receita operacional líquida

Após adoção IFRS 9 e 15 (CPC 47/48), a receita de construção começou a ser reconhecida através de um custo projeto e margem, que é obtida pelas diferenças entre os custos projetados para a construção, operação e manutenção e o valor presente da projeção dos recebimentos futuros que Aneel determina (RAP).

A companhia revisou a sua margem, e identificou investimentos de trechos já finalizados adicionado nos trechos em construção, assim, foram excluídos os valores indevidos, e calculado uma nova margem de construção, diante disso, ocorreu um ajuste que está reconhecido na conta de Receita de Construção e Receita com Ativo Contratual, no valor de R\$ 6.138 e R\$ 1.380 respectivamente. Além disso, a Companhia finalizou o exercício com uma margem de construção negativa, abaixo relação dos principais fatores:

- Taxa NTN-B de 7,18% (taxa na data de assinatura do contrato de concessão)
- Atraso das Obras, e conseqüentemente atraso no recebimento da Receita Anual permitida (RAP), e
- Custo realizado e projetado maior que determinado no contrato de concessão.

Abaixo a movimentação da conta Receita:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita com Ativo Contratual	8.190	8.188
Receita de O&M	5.522	4.438
Receita de Construção	13.460	21.676
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>27.172</b>	<b>34.302</b>
<b>(-) Deduções</b>	<b>(1.363)</b>	<b>(1.117)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>25.809</b>	<b>33.185</b>

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13 Despesas por natureza

<b>Despesa por função</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Custos de construção	(45.414)	(49.220)
Custo de O & M	(1.996)	(790)
Despesas administrativas	(2.153)	(2.536)
<b>Total</b>	<b>(49.563)</b>	<b>(52.546)</b>
<b>Despesa por Natureza</b>		
Custo de construção	(45.414)	(49.220)
Indisponibilidade de equipamento	(361)	(333)
Manutenção	(1.003)	(166)
Vigilância	(178)	(166)
Ambiental	(273)	-
Seguros	(183)	(101)
Pessoal	(1.029)	(1.085)
Serviço de terceiros	(1.014)	(1.335)
Tributos	(18)	(26)
Aluguéis	(56)	(70)
Outros	(34)	(44)
<b>Total</b>	<b>(49.563)</b>	<b>(52.546)</b>

### 14 Resultado financeiro, líquido

<b>Receita Financeira</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Receita sobre juros de aplicações financeiras	406	106
Outras receitas	3	19
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>125</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações monetárias	(5)	(3)
Juros e multa	(792)	(7)
IOF, comissões e taxas	-	(25)
Outros	(77)	(222)
<b>Total</b>	<b>(874)</b>	<b>(257)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(465)</b>	<b>(132)</b>

### 15 Transações com partes relacionadas:

#### a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 1.029 (R\$ 1.085 em 31 de dezembro de 2018).

#### b. Transações e saldos

Abaixo operações realizadas com as partes relacionadas:

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Natureza da operação	31/12/2019			31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CEEE	Encargos de uso da rede	3	-	13	5	-	9
CEEE	AFAC	-	39.695	-	-	12.500	-
CEEE	Operação e manutenção	-	-	90	-	-	93
Eletrosul	Encargos de uso da rede	1	-	4	-	-	3
Eletrosul	AFAC	-	41.315	-	-	13.010	-
Eletrosul	Ressarcimento de despesas	-	-	3	-	-	4
Eletrosul	Operação e manutenção	-	-	630	-	-	-
Eletrosul	Engenharia do proprietário	-	-	-	-	-	367
Eletrosul	Aluguel	-	5	56	-	5	69
Eletrosul	Compartilhamento de instalação	-	5	58	-	5	32
<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>81.020</b>	<b>854</b>	<b>5</b>	<b>25.520</b>	<b>577</b>

## 16 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	22.173	1.273
Ativo Contratual - Amortizável RAP	147.162	133.272
Ativo Contratual - Indenizável	928	928
<b>Total</b>	<b>170.263</b>	<b>135.473</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores	688	21.257
<b>Total</b>	<b>688</b>	<b>21.257</b>

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O conselho de administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

### (a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

### (b) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

## Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

#### (d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela diretoria da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

#### (e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. É notório que até a entrada de operação das linhas de transmissão e suas subestações, haverá a necessidade de aportes financeiros para manutenção das obrigações de operação da Companhia.

#### (f) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2019.

## 17 Provisão para Contingência

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

## 18 Cobertura de seguros (não auditada)

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os seguros contratados pela Companhia em garantia de suas obrigações com terceiros são:

## **Fronteira Oeste Transmissora de Energia - FOTE**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apólice nº 066532018000107750004728. Seguro da modalidade garantia, emitido em favor da ANEEL, no valor de R\$ 11.100, com vigência a partir das 24hs do dia 03 de dezembro de 2019 até às 24hs do dia 03 de outubro de 2020.

A Companhia mantém também, cobertura de seguro de compreensivo empresarial risco operacionais da Fator Seguradora S.A, sendo que, o objetivo do seguro são as subestações de energia.

Apólice nº 1001800000063 Seguro de risco operacional, no valor de R\$ 37.677 com vigência a partir das 24hs do dia 07 de maio de 2019 até às 24hs do dia 07 de maio de 2020.

A companhia contratou em 02 de abril de 2019, o seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), apólice nº100.10.00001703, limite máxima da garantia R\$10.000 com vigência a partir das 24hs de 19 de março de 2019 até às 24hs do dia 19 de março de 2020.

Apólice nº 48930020020304885401 referente seguro de roubo ou furto qualificado e quebra acidental de notebook R\$ 5 com vigência a partir das 24hs de 17 de setembro de 2019 até às 24hs do dia 16 de setembro de 2020.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## **19 Eventos subsequentes:**

A Companhia realizou no início de 2020 um estudo tributário, no qual analisou os efeitos do lucro real e lucro presumido e identificou que o lucro presumido será mais benéfico, devido principalmente a sua presunção aplicada na receita (RAP), sendo assim, ocorrerá redução no IR e CSLL para o ano. Após alteração do regime tributário a Companhia estornou os tributos diferidos do exercício e seus efeitos estão apresentados em 31/12/2019.

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

**Wilson João Cignachi**

Diretor Administrativo Financeiro

**Carlos Manuel Macedo de Matos**

Diretor Técnico

## **RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Luana Pacheco**

Contadora CRC-SC: 043160/O